

O patrimônio cultural na educação básica: desafios e potencialidades no ensino de História

Cultural patrimony in basic education: challenges and potentialities in the teaching of History

El patrimonio cultural en la educación básica: retos y potencialidades en la enseñanza de la Historia

Rodrigo Antoniazzi Finkler¹
Neli Teresinha Galarce Machado²
Stella Maria Carvalho de Melo³

Resumo: A temática do Patrimônio Cultural foi institucionalizada no Brasil com o Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, que define os bens culturais, móveis e imóveis, cuja preservação é de interesse público. Este estudo tem como objetivo investigar como o conceito de Patrimônio Cultural é compreendido pelos professores da Educação Básica no município de Lajeado, Rio Grande do Sul. A concepção dominante do Estado brasileiro privilegia os bens culturais materiais, frequentemente representando a cultura das elites nacionais. Assim, o estudo analisa o discurso patrimonial no contexto educacional, compreendendo o Patrimônio Cultural como uma ferramenta poderosa para a valorização da história e cultura dos diferentes grupos sociais que constituem o Brasil. A metodologia adotada foi bibliográfica e investigativa, incluindo a observação da aplicação do conceito nas escolas da rede municipal de Lajeado. Foram entrevistados professores de História do 6º ano do ensino fundamental, com base em um questionário estruturado. Os resultados revelam que, embora os docentes reconheçam a pluralidade do conceito de Patrimônio Cultural, todos concordaram que ele abrange a história, a cultura material, as representações sociais e monumentais, a memória e as lembranças.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Memória cultural. Patrimônio cultural.

Abstract: This paper aims to emphasize how the Cultural Heritage is comprehended by teachers of basic education from Lajeado county, highlighting the permanences and ruptures of what regards the conception of heritage. The Cultural Heritage is institutionalized in Brazil since 1930 decade, through decree n° 25, of November 30th of 1937, which includes the sets of material and immaterial property which is of public interest. The conception established by the Brazilian state favors material cultural properties, representing the national elites. This process fits in with the dynamic of the setting of the nation symbols, through constructions of romanticized and heterogeneous narratives. However, from the 1980 decade it has observed substantial changes in what is understood by Cultural Heritage, in social, political and economic fields. The federal constitution of 1988, consolidated the process of pluralization of conceptions, highlighting material and immaterial nature as the bearer of the identity, from the action of the different groups that form Brazilian society. Thereby, this monograph seeks to analyze the continuities and ruptures present in the heritage speech in the educational context, once it understands that Cultural Heritage is a powerful tool to construction and emphasis the culture and history of the different ethnic groups that make up Brazilian society.

Keywords: Cultural heritage. Cultural memory. Heritage education.

1 Graduado em História, Professor da Educação Básica no município de Lajeado/RS, rodrigo.finkler@universo.univates.br.

2 Doutora em Arqueologia, Professora no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), ngalarce@univates.br.

3 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Professora do Instituto Federal do Piauí (IFPI), stella.melo@universo.univates.br.

Resumen: La temática del Patrimonio Cultural fue institucionalizada en Brasil mediante el Decreto nº 25, del 30 de noviembre de 1937, que define los bienes culturales, muebles e inmuebles, cuya preservación es de interés público. Este estudio tiene como objetivo investigar cómo el concepto de Patrimonio Cultural es comprendido por los docentes de la Educación Básica en el municipio de Lajeado, Rio Grande do Sul. La concepción dominante del Estado brasileño privilegia los bienes culturales materiales, representando con frecuencia la cultura de las élites nacionales. Así, el estudio analiza el discurso patrimonial en el contexto educativo, comprendiendo el Patrimonio Cultural como una herramienta poderosa para valorar la historia y la cultura de los distintos grupos sociales que conforman Brasil. La metodología adoptada fue bibliográfica e investigativa, incluyendo la observación de la aplicación del concepto en las escuelas de la red municipal de Lajeado. Se entrevistó a docentes de Historia del 6º año de la enseñanza fundamental, a partir de un cuestionario estructurado. Los resultados revelan que, aunque los docentes reconocen la pluralidad del concepto de Patrimonio Cultural, todos coinciden en que este abarca la historia, la cultura material, las representaciones sociales y monumentales, la memoria y los recuerdos.

Palabras clave: Educación patrimonial. Memoria cultural. Patrimonio cultural.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Patrimônio Cultural no Brasil foi institucionalizado com o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que reconheceu o Patrimônio Histórico e Artístico como bens de interesse público (Brasil, 1937). No entanto, com a globalização e o avanço das ciências sociais, o conceito de Patrimônio Cultural passou por significativas transformações. Em 1983, o seminário sobre o “Uso educacional de museus e monumentos” foi um marco na discussão do patrimônio sob uma perspectiva educacional (Horta, 1999). A Constituição Federal de 1988 ampliou o entendimento, definindo Patrimônio Cultural como os bens materiais e imateriais que representam a identidade e a memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988).

A mudança de paradigma, que superou as concepções modernistas da década de 1980, promovendo um olhar mais plural e inclusivo, reflete a diversificação cultural da sociedade brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998 reforçam essa transformação, destacando a importância de contemplar a diversidade cultural nos currículos escolares e introduzindo os “temas transversais” como ferramentas para promover a interdisciplinaridade, com destaque para “meio-ambiente” e “pluralidade cultural”, áreas diretamente relacionadas ao Patrimônio Cultural.

A extensão universitária tem se consolidado como um importante instrumento para

conectar a academia à realidade socioespacial e educacional. Como destaca Gadotti (2005), a troca de saberes acadêmicos e populares resulta em produtos culturais e científicos que refletem a realidade das comunidades. Nesse contexto, a valorização do Patrimônio Cultural deve ir além de sua faceta estética ou material, reconhecendo-o como um elemento fundamental para a construção da identidade coletiva, como afirmado por Meneses (2009).

Este estudo tem como objetivo principal analisar a aplicação do conceito de Patrimônio Cultural no contexto da Educação Básica. A pesquisa examina as ferramentas institucionais que embasam o ensino sobre o patrimônio, as metodologias adotadas por professores de História e a integração desses conhecimentos aos componentes curriculares. O estudo investiga o papel das práticas extensionistas na aproximação entre a universidade e as escolas, buscando uma abordagem mais crítica e local do patrimônio.

A problemática central é: como o conceito de Patrimônio Cultural, conforme delineado pela Constituição de 1988 e pelas políticas educacionais subsequentes, é efetivamente aplicado nas práticas pedagógicas no ensino fundamental? A pesquisa busca analisar como os professores de História abordam o Patrimônio Cultural nas salas de aula e como as diretrizes curriculares influenciam essa abordagem.

Este estudo é uma pesquisa qualitativa, exploratória e de análise documental, que visa contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e integradas ao contexto social e cultural dos alunos. A investi-

gação busca preencher lacunas na implementação prática do conceito de Patrimônio Cultural na Educação Básica, promovendo uma reflexão sobre os desafios e as potencialidades da educação patrimonial no Brasil.

2 REFERENCIAL - PATRIMÔNIO CULTURAL

A análise histórica das concepções de patrimônio cultural no Brasil revela as transformações desse conceito ao longo do tempo e sua relação com a construção da identidade nacional. Inicialmente, o patrimônio foi utilizado como instrumento de afirmação da identidade coletiva, como observa Meneses (2009), para quem o patrimônio é um conjunto de saberes e práticas mobilizadas pelas sociedades para socializar significados e valores. O conceito de patrimônio cultural foi institucionalizado no Brasil com o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que definiu patrimônio como o conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público, seja por sua vinculação a fatos históricos, seja por seu valor arqueológico, artístico ou etnográfico (Brasil, 1937).

Este conceito, segundo Chuva (2012b), está inserido no processo de nacionalização do Brasil, no qual o patrimônio cultural passou a representar a identidade do Estado-Nação, buscando consolidar uma cultura unificada. A relação entre patrimônio e identidade nacional, porém, foi muitas vezes dominada pelas elites, como destaca Bourdieu (1998), que observa a utilização de bens arquitetônicos e monumentais como símbolos da nação. Para Canclini (2012), esse processo de “hibridização” cultural visa a reinvenção de símbolos e identidades que atendam às demandas políticas e econômicas das burguesias nacionais.

No contexto brasileiro, a construção do patrimônio cultural esteve intimamente ligada às elites, como aponta Rodrigues (2001), com foco na consolidação de um modelo de Estado moderno. As discussões sobre o patrimônio se intensificaram nas décadas de 1930 e 1940, com o governo de Getúlio Vargas, alinhando-se ao projeto modernista nacionalista (Rodrigues, 2001; D’Alessio, 2012). Contudo, a partir da década de 1980, a participação popular no

processo de preservação e valorização do patrimônio se ampliou, como resultado da democratização política e do combate à ditadura militar (D’Alessio, 2012). A historiografia passou a integrar mais amplamente as memórias e identidades populares na construção do patrimônio cultural.

A transformação da concepção de patrimônio cultural no Brasil esteve vinculada à antropologia e às ciências humanas, que passaram a reconhecer o patrimônio como um fenômeno dinâmico, resultante da interação entre memória, identidade e cultura (Poulot, 2012). Em 1980, o governo brasileiro produziu a primeira versão oficial da história da preservação do patrimônio, com o apoio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória (Brasil, 1980). O conceito de patrimônio passou a incorporar a diversidade cultural, como evidenciado pela Constituição Federal de 1988, que define o patrimônio como os bens materiais e imateriais que representam a memória e a identidade dos diferentes grupos da sociedade brasileira (Brasil, 1988).

A partir dos anos 1990, a legislação educacional incorporou o patrimônio cultural como um tema importante, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), que incentivaram a discussão sobre patrimônio e diversidade cultural nas escolas. O IPHAN, em 2016, com a publicação do manual “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, propôs a participação da comunidade no processo de identificação e valorização dos bens culturais locais (IPHAN, 2016).

Neste contexto educacional, Paulo Freire (1996) vê o patrimônio cultural como uma ferramenta para a construção de identidade e a conscientização crítica, ressaltando a importância de os educandos se apropriarem de sua herança cultural. Essa abordagem reflete a ideia de uma educação libertadora, que transcende os limites da sala de aula e busca resgatar práticas e saberes da comunidade. Por outro lado, a história do patrimônio no Brasil mostrou a persistência de um discurso elitista e segregador. A institucionalização do

patrimônio histórico no Brasil, com o Decreto-Lei nº 25 de 1937, foi acompanhada de um processo de seleção e exclusão de bens culturais, favorecendo as elites em detrimento das expressões culturais populares (Gonçalves, 2005).

Silveira e Lima Filho (2005) sugerem que o patrimônio cultural deve ser entendido como resultado da experiência intersubjetiva das pessoas, construído por meio das interações sociais e espaciais, em oposição ao modelo tradicional que enfatiza a conservação de bens culturais de maneira impositiva.

Portanto, a trajetória do patrimônio cultural no Brasil reflete as tensões entre a imposição de um modelo de identidade nacional centrado nas elites e a construção de uma identidade plural e inclusiva, que leva em consideração a diversidade cultural e as memórias populares. Esse processo, que se intensificou nas últimas décadas, destaca o potencial da educação patrimonial como ferramenta de conscientização e fortalecimento da identidade coletiva, baseando-se no reconhecimento das múltiplas histórias que constituem o patrimônio cultural brasileiro.

O conceito de bem cultural está intimamente ligado ao espaço social e às experiências vividas pelos indivíduos em lugares específicos. Ele se torna um reflexo da história dos grupos humanos, registrada na paisagem, e é interpretado dentro de um sistema cultural que atribui significados e valores aos espaços, fazendo deles documentos vivos da história, das memórias e do pertencimento de determinados grupos sociais (Silveira e Lima Filho, 2005). A partir de 2014, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem se empenhado em reconhecer a presença das comunidades indígenas nos locais de patrimônios tombados, considerando a memória e a lembrança como elementos centrais nas ações patrimoniais (Pelegri, 2006).

Pelegri (2006) destaca que, diante da diversidade étnica do Brasil, políticas públicas de patrimônio enfrentam o desafio de representar múltiplas culturas, inclusive indígenas. A partir da segunda metade do século XX, novas abordagens surgem nas ciências humanas,

influenciando a compreensão e estruturação das ações patrimoniais (Russi & Abreu, 2019). Essa virada teórico-epistemológica fortalece a integração entre instituições culturais e sociedade civil, com maior protagonismo de culturas não-ocidentais.

A Política Nacional dos Museus (Brasil, 2003) insere-se nesse contexto, promovendo participação comunitária na gestão do patrimônio e superando limites das narrativas oficiais (Russi & Abreu, 2019). Para Ermel (2019), a escola primária é espaço estratégico para desenvolver uma percepção crítica sobre o patrimônio, pois reflete e reproduz práticas sociais (Ermel apud Viñao, 2002).

Pinto (2007, 2017) defende que a educação patrimonial deve valorizar a diversidade cultural e envolver a construção de identidades plurais, desafiando currículos que ignoram a complexidade do patrimônio brasileiro. Nos anos 2000, a integração entre cultura e educação nas políticas públicas reforçou o paradigma da valorização de bens materiais e imateriais (Silva, 2014). Projetos como o “Projeto Interação” evidenciam essa mudança, ao estimular a participação comunitária na preservação do patrimônio local (Demarchi, 2020).

Essas transformações culminaram na Constituição Federal de 1988, que ampliou a definição de patrimônio cultural, reconhecendo-o como um conjunto de bens materiais e imateriais que carregam significados históricos e culturais para os diferentes grupos sociais do Brasil. Esse reconhecimento institucional do patrimônio cultural como um elemento de identidade e memória coletiva reforça a necessidade de uma abordagem crítica e inclusiva nas políticas de preservação e na educação patrimonial (Brasil, 1988).

Nos anos 1980 e 1990, o conceito de patrimônio cultural foi reconfigurado no Brasil, culminando com sua redefinição na Constituição de 1988. Em 1999, o IPHAN e o Museu Imperial lançaram o “Guia básico de Educação Patrimonial” (Horta et al., 1999), coordenado por Maria de Lourdes Horta, com Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro. O objetivo era propor uma metodologia para o trabalho com patrimônio cultural no Ensino Básico.

O guia tornou-se referência na Educação Patrimonial (Demarchi, 2018), apresentando-a como processo contínuo e sistemático. A cultura é entendida como dinâmica e transmissível entre gerações. A proposta pedagógica foca na investigação de bens culturais, usados como ferramentas de aprendizagem, e defende a autonomia docente para definir objetivos e conteúdo. As etapas do processo educativo são: observação, registro, exploração e apropriação (Horta et al., 1999).

Entretanto, o documento apresenta limitações. Para Demarchi (2018), há uma visão reducionista da cultura, tratada como repetição de práticas, sem considerar a complexidade das comunidades. Além disso, há ênfase nos bens materiais e centralidade no Museu Imperial, o que restringe a abordagem à perspectiva das elites, ignorando a diversidade do patrimônio imaterial e das classes populares.

Nos anos 2000, o IPHAN promoveu novas políticas e portarias voltadas para a educação patrimonial nas escolas. Em 2000, com o Decreto nº 3.551 (Brasil, 2000), os bens culturais imateriais foram reconhecidos como patrimônio cultural nacional. As políticas educacionais passaram a refletir as novas concepções patrimoniais, com a criação de novos setores dentro do IPHAN voltados especificamente para a educação patrimonial.

A criação das Casas do Patrimônio, em 2007, foi uma das estratégias do IPHAN para aproximar o órgão da sociedade civil e promover o diálogo sobre a importância do patrimônio cultural. No entanto, a falta de obrigatoriedade para a adesão ao projeto fez com que ele perdesse força em algumas regiões, como o Rio Grande do Sul, onde a superintendência estadual não se engajou. Outra medida importante foi o Programa Mais Educação, lançado em 2011, que ampliou o tempo escolar e ofereceu mais oportunidades para trabalhar temas como a valorização do patrimônio cultural. A iniciativa buscou integrar a educação formal com a realidade cultural e social dos alunos, com práticas que envolvem o patrimônio local (Florêncio et al., 2014).

A legislação educacional passou a incluir de forma mais explícita a educação patrimonial. A

Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) assegura que a educação deve refletir a realidade social e cultural das comunidades, promovendo a valorização das práticas culturais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (Brasil/Mec, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular de 2017 (Brasil, 2017) destacam a importância da diversidade cultural e da formação cidadã, incorporando o patrimônio cultural nas práticas pedagógicas.

O campo político também teve papel central nesse processo. A valorização dos bens culturais, conforme Canani (2005), é uma ação estratégica do Estado, que usa as políticas culturais para articular significados e sentimentos no povo. No entanto, como aponta o autor, a ação continua centralizada, o que dificulta a plena inclusão de todos os grupos sociais no processo de valorização do patrimônio cultural.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi estruturado a partir de um levantamento bibliográfico sobre o conceito de Patrimônio Cultural na Educação Básica. A revisão da literatura foi essencial para compreender a institucionalização do conceito no Brasil e seu impacto no contexto educacional, além de permitir um contato com as contribuições teóricas de outros autores (Mezzaroba; Monteiro, 2016 *apud* Chemin, 2020). A pesquisa bibliográfica foi realizada no portal de periódicos da CAPES, entre agosto de 2022 e novembro de 2024, utilizando as palavras-chave “Patrimônio Cultural” e “Educação Patrimonial”. O intervalo temporal considerado para a busca foi de 2000 a 2020, com o objetivo de traçar um panorama atual e pertinente sobre o tema.

Em relação ao material institucional, foram analisados documentos legislativos e curriculares que regulamentam e orientam a abordagem do Patrimônio Cultural no contexto educacional. Entre os principais documentos consultados, destacam-se: o Decreto-Lei nº 25, de 1937 (Brasil, 1937), que estabeleceu as primeiras bases de proteção patrimonial no Brasil; a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que redefiniu o conceito de Patrimônio

Cultural; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (Brasil, 1996); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998 (Brasil, 1998); e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 (Brasil, 2017). Esses documentos fornecem as diretrizes legais que moldam a aplicação do conceito de Patrimônio Cultural no campo educacional.

A pesquisa bibliográfica no portal de periódicos da CAPES permitiu explorar a evolução do conceito de Patrimônio Cultural no Brasil, desde sua vinculação ao projeto modernista do Estado-Nação até as mudanças ocorridas a partir da década de 1980. Esses conceitos foram analisados à luz de transformações no cenário acadêmico, legislativo e educacional.

A metodologia do estudo concentrou-se na aplicação do conceito de “Patrimônio Cultural” nas práticas pedagógicas de professores de História no município de Lajeado, RS. Foram selecionados professores que lecionam para o 6º ano do Ensino Fundamental nas dezoito escolas municipais da cidade. A pesquisa respeitou as normas éticas de pesquisa envolvendo seres humanos, conforme estabelecido pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Antes da aplicação do questionário, foi solicitada e obtida a autorização da Coordenação da Secretaria Municipal de Educação de Lajeado, que viabilizou o contato com as escolas e os professores participantes. Além disso, foi solicitado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos os participantes da pesquisa, garantindo que os docentes estivessem cientes de que sua participação era voluntária, anônima e confidencial, e que os dados coletados seriam utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, aplicado no ano de 2022, utilizando a plataforma Google Formulários. O questionário foi composto por seis questões objetivas e seis dissertativas, com o objetivo de mapear as concepções sobre Patrimônio Cultural presentes nos discursos dos docentes e identificar como essas concepções são integradas ao currículo e às metodologias

de ensino. As questões objetivas visaram traçar um perfil dos professores, incluindo dados sobre a idade, tempo de atuação, escolaridade e formação acadêmica. Já as questões dissertativas permitiram identificar as visões dos professores sobre o Patrimônio Cultural, sua valorização, e as metodologias utilizadas no ensino do tema.

A colaboração da Secretaria Municipal de Educação de Lajeado foi essencial para viabilizar o contato com as escolas, resultando na participação de nove das dezoito escolas do município. Todos os dados coletados foram tratados com confidencialidade, respeitando a integridade dos participantes e a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário aplicado aos professores de História do Ensino Fundamental da rede municipal de Lajeado/RS, com o objetivo de compreender a abordagem do conceito de Patrimônio Cultural no contexto educacional. O levantamento dos dados institucionais sobre o conceito de Patrimônio Cultural e as políticas patrimoniais embasou a elaboração do questionário, que foi distribuído por meio da Secretaria de Educação e das direções das escolas municipais.

O questionário, composto por 12 perguntas (seis dissertativas e seis objetivas), foi disponibilizado por meio da plataforma *Google Formulários*. A pesquisa contou com a adesão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que buscou esclarecer aos participantes os benefícios e riscos envolvidos em sua participação. A amostra foi composta por professores de História que lecionam para o 6º ano do Ensino Fundamental nas 18 escolas da rede municipal de Lajeado. As instituições estão organizadas em três tipos: três escolas de tempo integral (que não atendem o 6º ano), três escolas organizadas por ciclos (nas quais o 6º ano integra o 2º Ciclo, Etapa III) e as demais, que possuem 23 turmas de 6º ano regulares. Todas as 18 escolas foram contatadas, e obteve-se retorno de nove delas, totalizando

12 respostas válidas. Participaram do levantamento, além dos docentes de História (identificados como Professores 1, 2, 3, etc.), uma vice-diretora (Entrevistada 1), uma coordenadora pedagógica (Entrevistada 2) e a supervisora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Lajeado (Entrevistada 3).

A análise demográfica dos participantes revelou que 41,7% possuem idades entre 30 e 40 anos, 41,7% têm entre 50 e 60 anos, e 16,7% estão na faixa etária de 40 a 50 anos. Em relação ao tempo de atuação, a maioria dos respondentes possui 15 anos de experiência no campo da educação básica. Em relação à utilização de abordagens e ferramentas ped-

agógicas que abordam questões históricas, sociais e geográficas contextualizadas com a realidade local, todos os participantes afirmaram que as incorporam em seus planos de aula.

O conceito de Patrimônio Cultural (Quadro 1) foi apresentado aos participantes como sendo constituído pela História, Cultura Material, representações sociais e monumentais, memórias e lembranças. Todos os entrevistados concordaram com a definição apresentada e foram questionados sobre a valorização dos bens culturais presentes na realidade socioespacial em que atuam. As respostas indicaram concordância unânime com o conceito, demonstrando uma compreensão geral do Patrimônio Cultural.

Quadro 1- Respostas à Questão 3

Professor/ Entrevistados	Comentários
Professor 1	<i>Ciências humanas precisam valorizar o tempo e o espaço como sendo construído pelo ser humano.</i>
Professor 2	<i>Porque somos sujeitos históricos e devemos ter plena consciência do “nosso” pertencimento.</i>
Professor 3	Não respondeu.
Professor 4	Não respondeu.
Professor 5	<i>Conteúdos tradicionais não dão mais conta da demanda atual dos educandos.</i>
Professor 6	<i>Tudo o que parte do contexto em que eles vivem é mais fácil de assimilar e acaba se tornando algo mais próximo a eles e mais real.</i>
Professor 7	<i>Eles ajudam a desenvolver o sentimento de identidade e pertencimento a uma comunidade.</i>
Professor 8	<i>Concordo porque esses bens culturais locais permitem relações mais significativas entre a história e o tempo presente. Valorizar os bens materiais e imateriais, inclusive a memória dos mais velhos, pode ser o meio pelo qual o aluno se localiza como sujeito e pertencente a um processo histórico.</i>
Professor 9	<i>O patrimônio cultural de um espaço educandário aproxima o educando de diferentes momentos históricos, fazendo com que se tornem também pertencentes ao lugar, agentes de transformação e mudança.</i>
Entrevistado 1	<i>A história e a cultura devem ser valorizadas sempre.</i>
Entrevistado 2	Não respondeu.
Entrevistado 3	<i>A escola e a Secretaria de Educação são importantes espaços de valorização do Patrimônio Cultural.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Esses dados mostram uma percepção bastante consolidada entre os professores e entrevistados sobre a relevância do Patrimônio Cultural como ferramenta ped-

agógica que fortalece vínculos identitários, o sentimento de pertencimento e a compreensão histórica dos sujeitos no espaço escolar (Quadro 2).

Quadro 2- Categorias de análise das respostas

Categoria	Descrição
1. Patrimônio	O papel do patrimônio cultural na construção da identidade dos estudantes e no fortalecimento do sentimento de pertencimento a uma comunidade histórica e social.
2. Contextualização	A relevância dos bens culturais locais para tornar os conteúdos escolares mais próximos, concretos e significativos, valorizando o cotidiano e a memória social.
3. Crítica	A limitação das metodologias tradicionais para atender às necessidades educacionais contemporâneas, sugerindo a urgência de práticas mais críticas e dialógicas.

Fonte: Dos autores (2025).

Além disso, se nota que dois professores não responderam à pergunta, o que pode indicar falta de domínio sobre o tema, desinteresse ou dificuldade em articular o conceito no contexto de suas práticas. Essa ausência, embora minoritária, é significativa para refletir sobre possíveis lacunas na formação docente em relação à temática do Patrimônio Cultural. Por fim, os depoimentos reafirmam a escola e a Secretaria de Educação como agentes estratégicos para a valorização e difusão do patrimônio, apontando para a importância de políticas públicas e formação continuada voltadas à educação patrimonial.

Uma lista de ferramentas foi apresentada para que os participantes indicassem as mais adequadas à construção de metodologias de Educação Patrimonial. As opções incluíam: projetos de Educação Patrimonial focados na comunidade, participação em eventos comunitários, visitas a museus, viagens de estudo para pontos turísticos, passeios em parques e outros locais de referência no município, além de práticas de experimentação empírica (como culinária, danças e música). Os resultados mostraram uma clara preferência pelos projetos de Educação Patrimonial, com dez citações para esta opção, enquanto dois participantes optaram por visitas a museus.

As respostas dos participantes sobre a melhor ferramenta para abordar o Patrimônio Cultural em sala de aula indicam uma clara preferência por metodologias ativas e interativas. Um total de 83,3% dos respondentes apontou que os projetos de educação patrimonial são a melhor forma de trabalhar o tema com

os alunos, evidenciando a percepção de que essas iniciativas permitem uma abordagem mais prática e contextualizada do Patrimônio Cultural. Esses projetos podem envolver atividades como oficinas, pesquisas de campo e a participação dos estudantes em ações de preservação, o que contribui para uma compreensão mais profunda e significativa do patrimônio local e nacional.

Em contrapartida, 16,6% dos docentes sugeriram a visita a museus como a melhor estratégia. Embora essa prática seja reconhecida pela sua importância educativa, permitindo que os alunos tenham contato direto com os objetos e espaços que representam a história e a cultura, a menor adesão a essa abordagem pode refletir as limitações logísticas e financeiras de realizar tais visitas, ou ainda, uma maior valorização de abordagens pedagógicas que possam ser implementadas de maneira mais contínua e acessível no cotidiano escolar.

Esses dados sugerem que os professores reconhecem a relevância de envolver os alunos de forma ativa e contextualizada na compreensão do Patrimônio Cultural, preferindo metodologias que incentivem a reflexão crítica e a participação direta. Quanto à participação em cursos de formação, debates ou palestras sobre Patrimônio Histórico e Cultural, 10 dos 12 participantes relataram já ter participado de tais atividades. No entanto, dois entrevistados informaram que não haviam participado de nenhuma dinâmica desse tipo. Para aqueles que haviam participado, foi solicitado que compartilhassem suas experiências, que foram organizadas e apresentadas na forma de um quadro detalhado (Quadro 3).

Quadro 3- Contribuições dos professores e entrevistados

Professor/ Entrevistado	Comentário
Professor 1	<i>A busca pelo aperfeiçoamento do saber é uma meta.</i>
Professor 2	Respondeu “Não”, na questão anterior.
Professor 3	<i>Enriquecimento do meu trabalho e aplicação em minhas aulas.</i>
Professor 4	Não respondeu.
Professor 5	<i>Visitas a museus sempre foram um aspecto positivo para a maioria dos alunos, pois permite uma compreensão além da sala de aula.</i>
Professor 6	<i>Como fiz parte do curso de História, acabei no decorrer da graduação tendo acesso a esses eventos que foram bem significativos.</i>
Professor 7	Respondeu “Não”, na questão anterior.
Professor 8	<i>Durante a minha formação, tive a oportunidade de participar de eventos e acompanhar projetos sobre educação patrimonial que abordavam os doces de Pelotas, sítios arqueológicos daquela região e nas charqueadas; em Porto Alegre, participei de passeios em cemitérios, no centro histórico e no Quarto Distrito.</i>
Professor 9	<i>Participei de formações, estágio supervisionado em acervos, onde tive o privilégio de trabalhar no Arquivo Público Municipal e organizar exposição à comunidade; participação em eventos como o União Faz a Vida (2017-2018), onde apresentei projetos realizados com alunos de resgate da história da nossa escola (147 anos de história), dentre outros.</i>
Entrevistado 1	<i>Mostras de Arte, visita a Museus, Exposições.</i>
Entrevistado 2	Não respondeu.
Entrevistado 3	Infelizmente, apenas em alguns cursos foi possível ter acesso e compreensão de pequena parte do que representa a nossa cultura.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Esses dados evidenciam o grau de familiaridade e o engajamento dos professores com o conceito de Patrimônio Cultural e com metodologias de Educação Patrimonial. As respostas sugerem uma postura positiva em relação à valorização do patrimônio local e à sua integração nos processos de ensino.

O perfil dos entrevistados revelou uma diversidade de experiências e faixas etárias: Faixa etária: 41,7% dos respondentes possuem idades entre 30 e 40 anos, 41,7% têm de 50 a 60 anos, e 16,7% estão na faixa etária de 40 a 50 anos e o Tempo de atuação, a maioria dos participantes tem 15 anos de experiência no ensino básico. Esses dados permitem observar uma predominância de profissionais com ampla experiência no magistério. Esse fator pode influenciar a forma como percebem e aplicam o conceito de Patrimônio Cultural em sala de aula. Embora a amostra seja limitada, a experiência profissional dos respondentes sugere que muitos deles já vivenciaram a evolução

das abordagens pedagógicas sobre o tema.

Em relação às metodologias utilizadas em sala de aula, todos os participantes afirmaram adotar abordagens e ferramentas que vinculam questões históricas, sociais e geográficas ao contexto local. Essa prática é fundamental para que os alunos compreendam o Patrimônio Cultural não apenas como um conceito teórico, mas como algo que se reflete diretamente em sua realidade cotidiana. Essa integração do conteúdo histórico ao contexto da cidade pode enriquecer a aprendizagem, tornando o estudo mais significativo.

Embora os resultados apontem para uma adesão universal à prática de contextualizar o ensino, seria interessante explorar se essa abordagem é uma resposta direta ao perfil dos alunos ou uma estratégia mais reflexiva dos professores sobre o papel do patrimônio na formação cidadã. A questão que se impõe, então, é: em que medida as especificidades culturais e históricas de Lajeado/RS são abor-

dadas de forma eficaz nas aulas de História? Essa análise poderia ser aprofundada com uma pesquisa qualitativa mais detalhada.

O conceito de Patrimônio Cultural apresentado no questionário foi bem assimilado pelos respondentes. Todos concordaram com a definição que o considera composto pela História, Cultura Material, representações sociais, monumentos, memórias e lembranças. Embora as respostas tenham sido unânimes, uma análise mais detalhada da percepção de cada grupo (professores, gestores e coordenadores) pode trazer novas perspectivas sobre o entendimento desse conceito e sua aplicabilidade nas escolas.

Na questão que buscava identificar as ferramentas e metodologias mais eficazes para a construção de práticas pedagógicas sobre o Patrimônio Cultural, a grande maioria dos professores (10 dos 12 entrevistados) optou por projetos de Educação Patrimonial. Esse dado sugere que os professores reconhecem no desenvolvimento de projetos uma forma mais eficiente de engajar os alunos, permitindo uma aprendizagem prática e contextualizada. A visita a museus foi apontada como uma opção válida, mas com menor preferência (duas vezes citada).

A escolha por projetos de Educação Patrimonial pode ser interpretada de várias formas: esses projetos, muitas vezes, permitem uma maior flexibilidade para explorar aspectos culturais locais, além de possibilitar uma abordagem interdisciplinar que integra História, Arte, Geografia e Sociologia. Além disso, é possível que a abordagem mais dinâmica e participativa dos projetos seja mais atrativa tanto para os alunos quanto para os docentes. O questionário além do mais investigou a experiência dos entrevistados com formação continuada sobre o Patrimônio Cultural. Dos doze respondentes, dez afirmaram ter participado de cursos, palestras ou debates sobre o tema, enquanto dois informaram não ter tido essa experiência.

Para aqueles que participaram de formações, as respostas revelaram um grau significativo de aproveitamento das dinâmicas. A maioria relatou que essas experiências contribuíram para melhorar sua compreensão

e capacidade de ensinar sobre o Patrimônio Cultural. No entanto, seria interessante aprofundar essa análise para entender em que medida essas formações impactaram a prática pedagógica dos professores, e se houve lacunas no conteúdo abordado nas formações que poderiam ser melhoradas.

A análise dos resultados revela que a maioria dos professores de História da rede municipal de Lajeado/RS compreende e valoriza o conceito de Patrimônio Cultural, integrando-o de maneira significativa em suas práticas pedagógicas. A utilização de projetos de Educação Patrimonial, em particular, demonstra uma tentativa de contextualizar o ensino e de aproximar os alunos da realidade cultural e histórica local. No entanto, é importante destacar que, apesar do consenso sobre a valorização do Patrimônio Cultural, existem desafios para a implementação mais eficaz de metodologias que envolvam a comunidade e o patrimônio local. O engajamento dos alunos, por exemplo, pode depender de uma maior capacitação dos professores, especialmente no que diz respeito a abordagens práticas que envolvem visitas e interações com o patrimônio.

O que se observa, portanto, é que, embora haja uma valorização teórica do conceito de Patrimônio Cultural, sua aplicação prática nas escolas ainda pode ser ampliada, especialmente por meio de formações continuadas que foquem em metodologias inovadoras e em uma abordagem mais contextualizada, considerando as especificidades de cada localidade.

5 CONCLUSÕES

O levantamento bibliográfico realizado por meio do Portal de Periódicos da CAPES possibilitou o acesso a uma variedade de obras e autores que discutem diferentes aspectos do Patrimônio Cultural. A pesquisa envolveu a análise de 12 artigos provenientes de pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas, como Arqueologia, Antropologia Social e Cultural, Ciências Sociais, História, Museologia, Educação, Memória Social, Patrimônio

Cultural, e Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essa abordagem transdisciplinar permitiu traçar a trajetória e as transformações do conceito de Patrimônio Cultural, destacando suas interações com os contextos educacionais e institucionais.

A partir da perspectiva de Paulo Funari (2002), foi possível identificar como as ciências modernas, especialmente no século XIX e XX, contribuíram para o silenciamento e ocultação das “classes subordinadas” nas narrativas históricas. Para transformar a compreensão do conceito de Patrimônio, foram consultados Silveira e Lima Filho (2005), Gonçalves (2005) e Brum e Jesus (2015), que abordam o Patrimônio como um reflexo do mosaico sociocultural brasileiro, visibilizando suas múltiplas dimensões.

Em relação à educação, destacam-se os estudos de Pinto (2017), que investigou as concepções de alunos e professores sobre o Patrimônio, e Machado, Lopes e Gheno (2009), que defendem a utilização do patrimônio nas escolas como uma maneira de aproximar os alunos da comunidade e estimular a valorização e preservação dos bens culturais. O trabalho de Pelegrini (2006) apresenta as práticas preservacionistas como forma de promover identidades plurais, corroborando a ideia de que o Patrimônio Cultural pode ser um meio de assunção e empoderamento dos indivíduos.

No campo da antropologia, Russi e Abreu (2019) discutem a virada teórico-epistemológica que ampliou os espaços para as discussões sobre a relação entre pesquisadores e grupos sociais, o que reflete a evolução do entendimento do Patrimônio Cultural. A análise de Ermel (2019), sobre o caso da Aula Isolada Campo da Redenção, em Porto Alegre/RS, exemplifica como um patrimônio pode ser ressignificado ao longo do tempo, mostrando a flexibilidade e dinâmica do conceito.

No âmbito institucional, obras de Canani (2005), Marchi e Ferreira (2018), e Silva (2014) analisam a influência das políticas patrimoniais. Canani (2005) e Silva (2014) destacam o impacto das políticas de valorização na construção de novos significados para os bens culturais, enquanto Marchi e Ferreira (2018) discutem a relação entre a patrimonialização

institucional e a identificação dos grupos sociais com espaços, práticas e objetos.

Em termos de documentação institucional, foram consultados vários textos fundamentais sobre o Patrimônio Cultural, como decretos, leis, planos, projetos e diretrizes. O Decreto-Lei nº 25 (1937) foi um marco pioneiro na institucionalização do Patrimônio no Brasil, alinhando-se à construção dos símbolos nacionais. O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980) e a Constituição Federal de 1988 foram importantes na transformação das concepções sobre patrimônio, ampliando a visão plural do conceito. O Decreto n. 3.551 (2000), por sua vez, introduziu os bens imateriais como Patrimônio Cultural Nacional, reforçando a diversidade cultural presente no Brasil.

A pesquisa envolveu a construção de uma metodologia de investigação no contexto da Educação Básica de Lajeado/RS. Por meio da plataforma *Google* Formulários, foram elaboradas 12 questões (seis dissertativas e seis objetivas) com o objetivo de traçar o perfil dos professores de História do 6º ano do Ensino Fundamental. As questões buscavam informações sobre a formação acadêmica, a experiência profissional, e a utilização do conceito de Patrimônio Cultural no contexto da sala de aula.

Foram contatadas as 18 escolas da rede municipal, com a finalidade de entrevistar os professores de História. No entanto, três escolas não ofereciam o 6º ano e outras três adotavam uma organização em ciclos. Assim, obteve-se o retorno de nove escolas, resultando em 12 respostas (incluindo a de uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica e a supervisora da Secretaria de Educação de Lajeado). A análise dos dados demográficos apresentou que os entrevistados variavam em idade (entre 30 e 60 anos) e tempo de atuação (de dois a 28 anos de experiência), o que demonstra a diversidade de perfis profissionais na amostra. A maioria dos respondentes tem uma longa experiência em educação, o que pode indicar uma visão mais consolidada sobre o Patrimônio Cultural e seu papel no currículo escolar.

A maioria dos professores concordou com a definição de Patrimônio Cultural, que inclui

História, Cultura Material, Representações Sociais, Memórias e Lembranças. Além disso, todos os respondentes destacaram a importância de valorizar os bens culturais locais dentro da sala de aula. Em relação ao impacto dessa valorização, seis dos participantes afirmaram que o Patrimônio Cultural conecta os sujeitos à sua realidade socioespacial, enriquecendo a contextualização do conteúdo educacional.

Quanto às metodologias pedagógicas, 83,3% dos entrevistados escolheram projetos de Educação Patrimonial como ferramenta mais eficaz para trabalhar o Patrimônio Cultural, em detrimento das visitas a museus, que foram mencionadas por apenas 16,7% dos respondentes. Esse dado sugere que os docentes preferem estratégias que envolvem a comunidade e promovem a aprendizagem ativa.

Em relação à formação continuada, 83,3% dos entrevistados participaram de palestras, cursos e dinâmicas relacionadas à Educação Patrimonial. Dos participantes que relataram experiências com dinâmicas de formação, a maioria considerou as experiências enriquecedoras, destacando os benefícios para sua formação profissional, a relevância das visitas a espaços culturais e a oportunidade de aplicar os conceitos patrimoniais em projetos práticos.

A pesquisa mostra que, apesar de um consenso quanto à importância do Patrimônio Cultural como ferramenta educativa, existem desafios na implementação de metodologias que utilizem efetivamente esse conceito de forma interdisciplinar e prática. A valorização do Patrimônio Cultural, por meio de projetos educativos, já é uma prática consolidada entre os professores, mas as metodologias mais dinâmicas, como a exploração empírica (culinária, dança, música) e a utilização do patrimônio local em sua totalidade, ainda não são amplamente exploradas.

Essa situação aponta para a necessidade de formação continuada mais focada na aplicação prática e criativa do Patrimônio Cultural no ambiente escolar, não se limitando apenas a teorias ou visitas esporádicas a museus. Para que o conceito de Patrimônio Cultural seja plenamente explorado em sua totalidade, é necessário que as práticas pedagógicas sejam

repensadas, buscando integrar a comunidade escolar e a comunidade local, de modo a tornar o Patrimônio Cultural uma ferramenta viva e dinâmica no processo educativo. A reflexão sobre o Patrimônio Cultural na educação básica deve se ampliar para além da mera transmissão teórica do conceito, buscando uma integração real entre a escola e a comunidade.

O Patrimônio Cultural não deve ser tratado como um tema isolado ou acessório, mas como uma ferramenta educativa contínua e dinâmica. Sugerimos algumas práticas pedagógicas que poderiam ser adotadas para explorar o Patrimônio Cultural de forma mais significativa e integrada no ambiente escolar: a Educação Patrimonial Participativa, onde a escola e os professores podem ser os mediadores da participação ativa dos alunos e da comunidade local na identificação, cuidados/preservação e valorização do patrimônio cultural da região. Isso pode incluir atividades como: Mapeamento do patrimônio local, onde os alunos, junto com a comunidade, investigam e documentam elementos culturais, como edifícios históricos, tradições, festas e saberes populares; oficinas de patrimônio, onde os alunos aprendem sobre técnicas de conservação e recuperação de bens culturais, podendo até mesmo envolver a comunidade local nas atividades; integração de Saberes Locais no Currículo Escolar e a incorporação de saberes tradicionais no currículo escolar é fundamental para valorizar as práticas culturais locais.

Para isso, deve ser incluído aulas e projetos baseados na cultura local, em que os alunos aprendem sobre a história e as tradições da região de maneira prática, como por exemplo, a culinária, a música, as religiosidades ou a dança tradicional; rodas de conversa e debates após visitas a museus e locais históricos, para refletir sobre as experiências vividas e como elas se conectam com a realidade local dos alunos; projetos de revitalização de espaços públicos com o envolvimento dos alunos, como recuperação de praças ou murais históricos, por exemplo e a valorização de Experiências Imersivas como rodas de contação de histórias ou encontros com mestres tradicionais, como artesãos ou músicos locais,

permitindo aos alunos aprender diretamente com os detentores de saberes tradicionais, isso também pode envolver festivais culturais organizados pela escola, com apresentações, exposições de arte local, danças e culinária típica, para vivenciar o patrimônio como um processo ativo.

Essas práticas buscam não apenas transmitir o conceito de Patrimônio Cultural, mas também criar uma relação de pertencimento, respeito e valorização da cultura local e dos saberes tradicionais, promovendo uma educação mais integrada com a comunidade e mais sensível à diversidade cultural. Para que isso se concretize, é fundamental um trabalho colaborativo entre escolas, comunidades e políticas públicas, reconhecendo o patrimônio cultural como um elemento vital da educação e da identidade local.

Este artigo analisou o conceito de Patrimônio Cultural na Educação Básica, evidenciando tanto os avanços quanto as limitações na implementação e na compreensão do conceito dentro do espaço escolar. Além disso, aponta para a necessidade de um trabalho mais integrado entre as políticas públicas, as metodologias de ensino e a valorização da diversidade cultural local, sugerindo que há ainda muito a ser feito para explorar todo o potencial do Patrimônio Cultural na educação formal.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/96.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências, 2000.
- BRASIL. MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral (1980). **III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto: 1980/1985**. Brasília: MEC/DDD, 1980.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Cultura (1981). **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**. Arquivo Central do IPHAN, Brasília, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRUM, Ceres Karam; JESUS, Suzana Cavalheiro de. Mito, diversidade cultural e educação: notas sobre a invisibilidade Guarani no Rio Grande do Sul e algumas estratégias nativas de superação. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, p. 201-227, 2015.
- CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, p. 163-175, 2005.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Debolsillo, 2012.
- CANDAU, Joel. **Memória E Identidade**. [s. l.]: Editora Contexto, [s. d.]. 2011. ISBN 9788572446471. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=cookie,ip,shib&db=c_at05853a&AN=uni.9788572446471&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 26 jun. 2022.

- CHUVA, Márcia. Introdução: História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 11-24, 2012a.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147-165, 2012b.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, v. 34 p. 79-90, 2012.
- DEMARCHI, João Lorandi. Contribuições do Projeto Interação para a abordagem educativa do patrimônio cultural. **CEM Cultura, Espaço & Memória**, n. 12, 2020.
- DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 140-162, 2018.
- EQUIPE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL. **Lista bens Tombados e Inventariados em Porto Alegre**, 2013. disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/2017_lista_patrimonio_tombado_e_inventariado_em_porto_alegre.pdf
- ERMEL, Tatiane de Freitas. Transfigurações no tempo e no espaço: aula isolada campo da redenção em Porto Alegre/RS (1907-2015). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2019.
- FINKLER, Rodrigo Antoniazzi. **O patrimônio cultural no contexto educacional: continuidades e rupturas**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2022.
- FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. Educação Patrimonial: histórico, conceitos. Brasília, DF: **Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc**, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 1968.
- FUNARI, Pedro Paulo. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira. **Horizontes antropológicos**, v. 8, p. 131-153, 2002.
- GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant**, p. 1-11, 2005.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, v. 11, p. 15-36, 2005.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Preparando o terreno e primeira sementeira: o seminário de Petrópolis (1983). **Sillogés**, v. 1, n. 1, p. 23-40, 2018.
- MACHADO, Neli T. Galarce; LOPES, Sérgio Nunes; GHENO, Diego Antônio. Arqueologia Histórica e a problemática do patrimônio: discussões acerca da preservação, turismo e educação patrimonial no Vale do Taquari-Rio Grande do Sul. **História (São Paulo)**, v. 28, p. 575-587, 2009.
- MARCHI, Darlan de; FERREIRA, Maria Letícia. Patrimônios mundiais em contextos nacionais distintos: construindo paralelos entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de Évora. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 26, 2018.
- MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 289-300, 2004.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de pre-

issas. **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG**, v. 1, p. 25-39, 2009.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

PELEGRINI, Sandra CA. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista brasileira de história**, v. 26, p. 115-140, 2006.

PINTO, Helena. A interculturalidade em Educação Patrimonial: desafios e contributos para o ensino de História. **Educar em Revista**, p. 205-220, 2017.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 27-45, 2012.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, p. 17-46, 2019.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 199-224, 2014.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Educação patrimonial e políticas de escolarização no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 41, p. 467-489, 2016

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, p. 37-50, 2005.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2007.

Recebido em 13 de maio de 2025

Aceito em 31 de outubro de 2025